



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**297^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 11 de junho de 2021

(Realizada por Videoconferência)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 297ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Ambiente Virtual CNAS

Data: 11/06/2021

1 Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um realizou-se 297ª Reunião Ordinária do
2 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Miguel
3 Ângelo Gomes Oliveira, Presidente do CNAS e Representante do Ministério da Cidadania.
4 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular
5 Miguel Ângelo Gomes Oliveira, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente
6 Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular Danyel Iório
7 de Lima, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira
8 Vasconcelos, Representante do Ministério da Cidadania; **Conselheiro Titular José Miguel da Costa**
9 **Júnior, Representante do Ministério da Cidadania;** Conselheiro Titular André Rodrigues Veras,
10 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Natália Cerqueira de Sousa,
11 Representante do Ministério da Cidadania; **Conselheira Titular Daniella Cristina Jinkings Santana,**
12 **Representante do Ministério da Cidadania;** Conselheira Titular Solange Teixeira – Representante do
13 Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Thaís Serra de Vasconcelos, Representante do
14 Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente Becchara Rodrigues de Miranda, Representante do
15 Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do
16 Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira
17 Suplente Aline Araújo Silva, Representante do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da
18 Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Ieda Maria Nobre Castro, Representante do
19 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira
20 Suplente Magali Pereira Costato Basili, Representante do Colegiado Nacional de Gestores
21 Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Aldenora Gomes González,
22 Vice-Presidente do CNAS e Representante do Instituto EcoVida; Conselheiro **Titular Clóvis**
23 **Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB;** Conselheiro
24 Titular Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional de Usuários do Sistema Único
25 da Assistência Social da Amazônia Oriental - FORUSUAS/AOR; Conselheiro Beto Pereira;
26 Conselheira Suplente Telma Maria Viga de Albuquerque, Representante da ABRA - Associação
27 Brasileira de Autismo; Conselheira Titular Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria,

28 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Conselheira Titular Irene Rodrigues da
29 Silva, Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal -
30 CONFETAM-CUT; Conselheira Suplente Larissa de Melo Farias, Representante do Conselho
31 Federal de Psicologia – CFP; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da
32 Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro – 3ª
33 Titular e Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI
34 **Conselheiro Suplente Agostinho Soares Belo, Representante da Central dos Trabalhadores e**
35 **Trabalhadoras do Brasil – CTB;** Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da
36 Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA;
37 Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB;
38 Conselheira Suplente Andrea Perotti Harrop, Representante da Cáritas Brasileira; Conselheira
39 **Titular Sílvia Regina Santos, Representante da Fundação Projeto Pescar;** Conselheira Suplente
40 Marta Volpi, Representante da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.
41 Convidados(as): Sra. Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa – Secretária da Secretaria
42 Nacional de Assistência Social. SNAS.

43

44 **ABERTURA 11/06/2021:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira iniciou a 297ª Reunião
45 Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária Executiva do CNAS a Sra.
46 Maria das Mercês Avelino de Carvalho realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum,
47 realizou a leitura da pauta composta pelos seguintes itens: 9h30 às 10h - Aprovação da ata da 296ª
48 Reunião Ordinária e da pauta da 297ª Reunião Ordinária do CNAS. 10h às 11h - Informes da
49 Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros. Informes da
50 SNAS sobre a COVID - 19. 11h às 12h30 - Relato da Presidência Ampliada. 14h às 16h - Relato da
51 Comissão Organizadora da 12º Conferência Nacional de Assistência Social. 16h às 18h - Eleição da
52 Presidência do CNAS. Prosseguindo, colocou em **votação a pauta da 297ª Reunião Ordinária do**
53 **CNAS**, momento em que a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, solicitou inclusão de
54 pauta sobre o relato da reunião conjunta da Comissão de Normas com a Comissão de Política. A
55 Conselheira Irene Rodrigues da Silva, entendeu necessária a realização do relato referente a reunião
56 conjunta da Comissão de Normas com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, desta
57 **forma o Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira acrescentou em pauta ambos os**
58 **relatos solicitados.** A Vice-Presidente Aldenora Gomes González, solicitou que a reunião no período

59 da tarde se iniciasse às 15h e não às 14h, tendo em vista a ocorrência de um diálogo da Sociedade
60 Civil que iria ocorrer no horário de almoço. O Conselheiro Becchara Rodrigues de Miranda
61 questionou quais as pessoas participariam do referido diálogo, e que, como Conselheiro
62 Governamental, entendeu ser importante sua participação. A Vice-Presidente Aldenora Gomes
63 González, por sua vez, informou que a conversa seria entre a Sociedade Civil, o Presidente Miguel
64 e a Secretaria Nacional. Explicou que o trâmite para a solicitar a participação da conversa não seria
65 por meio do Colegiado. O Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira, esclareceu que a
66 sobredita conversa seria sobre o processo eleitoral do Conselho Nacional de Assistência Social. O
67 Conselheiro Becchara Rodrigues de Miranda registrou que as tratativas sobre a presidência do
68 Colegiado envolvem o interesse de todos os Conselheiros. O Presidente do CNAS Miguel Ângelo
69 Gomes Oliveira cientificou, portanto, as alterações incluídas, quais sejam: 15:00 às 16:00 - Relato
70 da Comissão Organizadora da 12º Conferência Nacional de Assistência Social. 16:00 às 16:30 –
71 Relato da reunião conjunta da Comissão de Norma e da Comissão de Política. 16:30 às 17:00 -
72 Relato da reunião conjunta da Comissão de Norma e da Comissão de Acompanhamento aos
73 Conselhos. Feitas as adequações necessárias, colocou em votação a pauta da 297ª Reunião
74 Ordinária, a qual foi aprovada pela Plenária. Em seguida, retomando o rito da reunião, colocou em
75 apreciação a ata da 296ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada pela Plenária. Seguindo para os
76 informes da Presidência/Secretaria Executiva, Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês
77 de Avelino Carvalho realizou os seguintes informes: 1. Ausências Justificadas: Conselheira Daniela
78 Santana na reunião extraordinária conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e da
79 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social no dia 08 de junho de
80 2021 devido por motivo de férias; Conselheiro Augustinho Belo na reunião extraordinária conjunta
81 da Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
82 da Assistência Social no dia oito de junho, devido a compromissos institucionais; Conselheiro
83 Agnaldo Humberto na reunião da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de
84 Assistência Social de primeiro de junho por problemas com a conexão da internet; Conselheiro
85 Marcos Cruzeiro na 297ª Reunião Ordinária do CNAS devido a problemas de saúde; Conselheiro
86 Beto Pereira na reunião conjunta da Comissão de normas e Comissão de Acompanhamento aos
87 Conselhos no dia oito de junho, devido coincidir com a data de vacinação do Conselheiro; a
88 Conselheira Silvia Regina no período da tarde do dia onze de junho durante a presente reunião
89 ordinária devido a compromissos institucionais.

90 O Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira destacou que representou o CNAS há duas
91 semanas atrás, durante um evento do Ministério da Cidadania, onde foi entregue a certificação para
92 duzentos e trinta e oito entidades de Assistência Social, informou que realizou discurso no referido
93 evento, onde apontou a importância das entidades que atuam na política de Assistência Social, uma
94 vez que atuam diretamente com a população mais vulnerável, e são responsáveis por grandiosas
95 contribuições no atendimento em parceria com os gestores municipais, estaduais e federal,
96 acrescentou sobre a importância do registro visando demonstrar a renovação do compromisso do
97 Ministério da Cidadania com as entidades. Seguindo para os **informes do CONGEMAS**, a
98 Conselheira Magali Pereira Costato Basili, noticiou que o CONGEMAS, participou de reunião com
99 o UNICEF no corrente mês, em que foi debatido sobre a busca ativa no ambiente escolar. Relatou
100 que houve reunião com a Secretaria Nacional, que o CONGEMAS continua a busca pelas vacinas
101 através de articulações, contudo sem lograr êxito a respeito. Acrescenta que o Ministério da Saúde
102 enviou resposta, em seu entender, bastante equivocada por haver demonstrado total
103 desconhecimento quanto aos serviços do SUAS. Acrescenta que o Presidente e Vice Presidente
104 participaram da CIT, em que a pauta conjunta com o FONSEAS continua sendo, recorrentemente,
105 relacionada ao financiamento, Cadastro Único e vacina. Ato contínuo a Conselheira Célia Maria de
106 Souza Melo Lima, passou aos **informes do FONSEAS** relatando sobre os esforços para a inclusão
107 dos trabalhadores do SUAS no Plano Nacional de Imunização, inclusive junto aos Estados. Inteirou,
108 ainda, que devido ao falecimento de genitores ou responsáveis pelo sustento de inúmeras crianças e
109 adolescentes, a Assistência Social passará abordar o tema de apoio e proteção social aos chamados
110 “Órfãos da Covid 19”. Complementa que em alguns Estados, em especial na região Nordeste, o
111 sistema de justiça tem acionado as secretarias de assistência social nesses casos, do mesmo modo o
112 judiciário tem notificado os cartórios, para que informem, de acordo com os registros, sobre a
113 existência de família extensa, ou se houve falecimento de ambos os progenitores. Acrescentou que
114 os próprios cartório tem encaminhados esses dados para as Secretaria de Assistência Social, para
115 que seja garantida a assistência por meio de oferta de serviço e benefício conforme a realidade e
116 necessidade de cada pessoa. Explicou que o acolhimento institucional deve ser considerado como
117 última opção, de modo que a prioridade sempre deverá ser o acolhimento familiar. Noticiou que o
118 FONSEAS introduziu o referido tema na última reunião da CIT. EntendeU que essa discussão deve
119 existir também no âmbito nacional. Abrindo para os **informes dos conselheiros**, o Conselheiro
120 Becchara Rodrigues de Miranda, comunicou que houve uma impossibilidade de participação do

121 Conselheiro Marcos Maia Antunes, pois encontra-se afastado e o Conselheiro Aginaldo Leal
122 enfrentou problemas de conexão com a internet. Complementou que a retomada das reuniões da
123 CIT ocorreu na data de dois de junho, que há previsão de realização de nova CIT nos dias vinte e
124 quatro a vinte e seis de julho, em acordo com a previsão bimestral para realização das reuniões.
125 Destacou que foi a primeira reunião com a nova presidência do CONGEMAS, e com a nova
126 composição do Ministério da Cidadania sob a coordenação da Secretária Maria Yvelônia dos Santos
127 Araújo Barbosa. Complementou que os pontos de pauta foram os seguintes: A retomada da Câmara
128 Técnica de Orçamento e Financiamento para discutir os efeitos da edição da Portaria 2362, em
129 relação aos recursos das Assistência Social, também houve diálogo sobre o novo Cadastro Único do
130 Programa Bolsa Família, e que sobre este assunto haverá reunião entre os membros e representantes
131 do FONSEAS, CONGEMAS e do Ministério da Cidadania com vistas a contribuir a respeito do
132 novo Cadastro Único, que inclusive, vem sendo chamado de “qualificação do cadastro”. A Vice-
133 Presidente Aldenora Gomes González comunicou que as reuniões regionais do CNAS surtiram um
134 grande efeito, pois tem oportunizado diversos seguimentos profissionais a contribuírem com a
135 política de Assistência Social. Discorreu sobre a riqueza dos relatos durante as reuniões, propostas e
136 apontamentos, capazes de enriquecer o processo conferencial. Entendeu que há necessidade de
137 realização de avaliação pelo CNAS das reuniões que ocorreram nos três formatos, na Comissão
138 Organizadora da Conferência, visando a melhoria do processo conferencial. O Presidente do CNAS
139 Miguel Ângelo Gomes Oliveira solicitou a inclusão em pauta do tema sugerido pela Vice-
140 Presidente para a próxima reunião. Seguindo ao **relato da Reunião Extraordinária da**
141 **Presidência Ampliada**, realizada no dia 28 de maio de 202, a Secretária Executiva do CNAS Maria
142 das Mercês de Avelino Carvalho, informou que a reunião foi realizada de forma híbrida, ou seja,
143 presencial e virtual e discorreu que foram debatidos os seguintes itens: 1. Organização da 12º
144 Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos: 1.1 Elaboração dos informes: -
145 Informe nº 3 - Critérios de distribuição dos Delegados. Informe nº 4 - Orientações para realização
146 das Conferências Estaduais de Assistência Social. Informe nº 5 - Orientações para realização da
147 Conferência do DF. 1.2 Convites: Priorizar a participação dos conselheiros do CNAS nas
148 Conferências Estaduais, das Capitais e Metrôpoles. E avaliar os demais convites (Conferências
149 Municipais) de acordo com a disponibilidade dos conselheiros. No caso de Conferências
150 presenciais, para Mesa de Abertura, Palestra Magna e Eixos será indicado conselheiro representante
151 do CNAS, mediante deliberação da Presidência Ampliada com apresentação padrão. 1.3

152 Apresentação do Conferir: Encaminhamento da Presidência Ampliada: Criação da Comissão de
153 Monitoramento das Deliberações das Conferências. 2. Encerramento da gestão 2020/2021. (Incluir
154 na pauta da próxima reunião da Presidência Ampliada). 3. Processo eleitoral da Presidência do
155 CNAS. (Incluir na pauta da próxima reunião da Presidência Ampliada). Seguindo ao **relato da**
156 **Reunião da Presidência Ampliada**, realizada no dia 8 de junho de 2021, a Secretária Executiva do
157 CNAS Maria das Mercês de Avelino Carvalho elencou os participantes e membros da Secretaria
158 Executiva do CNAS presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: 1.
159 Processo eleitoral da Presidência do CNAS. O assunto será discutido no dia 9, quarta-feira, às
160 17h30. 2. Ofício COMAS-SP nº 347/2021, recebido no dia 10 de maio de 2021, por meio do qual o
161 Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo – COMAS-SP informa e solicita apoio ao
162 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS referente ao atraso do repasse das verbas do
163 Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS ao Fundo Municipal de Assistência Social de São
164 Paulo – FMAS, no ano de 2021. Encaminhamento da Presidência Ampliada: Solicitar manifestação
165 da Diretora do FNAS, da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferência - SGFT em relação ao
166 assunto citado, para retorno de resposta ao COMAS/SP, com cópia para Comissão de
167 Financiamento e Orçamento do CNAS. 3. E-mail da Sra. Denise Malheiro, recebido no dia 10 de
168 maio de 2021: Encaminhamento da Presidência Ampliada: A SE/CNAS deve verificar a situação da
169 instalação da Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS para posterior encaminhamento da
170 Presidência Ampliada quanto ao e-mail recebido. 4. Carta Aberta em Defesa da Vacinação de
171 Assistentes Sociais Contra COVID-19, recebida no dia 25 de maio: Encaminhamento da
172 Presidência Ampliada: Enviar cópia do manifesto aprovado pelo CNAS sobre o assunto e informar
173 sobre os ofícios enviados para o Ministério da Saúde. Devido a mudança de Ministro de Estado da
174 Saúde reenviar ofício ao novo Ministro. 5. E-mail da Sra. Sandra Maria de Moraes, Presidente
175 CMAS de Indaiatuba/SP, recebido no dia 31 de maio de 2021. Encaminhamento da Presidência
176 Ampliada: Enviar resposta ao município com cópia ao CONSEAS/SP informando que o processo
177 conferencial ordinário 2021 deve seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social,
178 conforme Portaria Conjunta MC/CNAS nº 8, de 11 de março de 2021, que dispõe sobre a
179 convocação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e informes 1 e 2 do CNAS. Dessa
180 forma não é possível a utilização desse conteúdo anterior, conforme proposto. 6. Convite da
181 Comissão de Seguridade Social e Família, para a Presidência ou a Presidência Ampliada do CNAS
182 para compor a mesa de palestrantes da Audiência Pública da Subcomissão Permanente da

183 Assistência Social, no dia 15 de junho às 14h, de modo virtual. Encaminhamento da Presidência
184 Ampliada: Indicados: Miguel Oliveira, Presidente do CNAS, e Aldenora González, Vice-presidente
185 do CNAS. 7. Informes: 7.1 OFÍCIO-CIRCULAR Nº 22/2021/GM/MC, recebido no dia 24 de maio,
186 que encaminha para conhecimento e divulgação o OFÍCIO CIRCULAR Nº 3/2021/SE/OUV/MC de
187 19 de março de 2021 (9837904), por meio do qual a Ouvidoria-Geral apresenta a Portaria nº 581, de
188 09 de março de 2021, da Controladoria-Geral da União, a qual estabelece orientações para o
189 exercício das competências das unidades do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal,
190 instituído pelo Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e dispõe sobre o recebimento de relato
191 de irregularidades de que trata o caput do art 4º-A da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, no
192 âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Encaminhamento da Presidência
193 Ampliada: Enviar para Comissão de Normas para ciência e apresentação de informações
194 complementares à plenária. 8. Informe e encaminhamentos das reuniões das Comissões para
195 deliberação da Presidência Ampliada: 8.1 Reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência
196 Social e da Comissão de Política da Assistência Social. Assunto principal: Execução de serviços
197 socioassistenciais ofertados exclusivamente no CRAS-PAIF e no CREAS-PAEFI e outros a serem
198 ofertados pela Rede Socioassistencial Privada a partir dos documentos relacionados ao município de
199 Juiz de Fora/MG. Encaminhamentos à Presidência Ampliada: a) Incluir na pauta do Pleno de junho
200 o relato dessa reunião conjunta, considerando que há vários encaminhamentos que precisam ser
201 aprovados para que a SE possa tomar providências. b) Proposta de realização de reunião conjunta
202 CN e CP para julho. Encaminhamento da Presidência Ampliada: c) Aprovado. d) Que seja realizada
203 em Agosto. 8.1.2 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Encaminhamento da
204 Presidência Ampliada: Aprovado. 8.2 Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão de Normas da
205 Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.
206 Assunto principal: Análise das contribuições da Consulta pública referente a Resolução CNAS nº
207 237-2006. Encaminhamento à Presidência Ampliada: Finalização das análises das contribuições da
208 Consulta Pública da Resolução CNAS nº 237/2006. (Levar para a Presidência Ampliada sugerindo
209 reunião conjunta com CN e CAC em julho). Encaminhamento da Presidência Ampliada: A reunião
210 conjunta de CAC e CN será no mês de agosto. 9. Reunião da Comissão Organizadora da 12ª
211 Conferência Nacional de Assistência Social: Proposta de data para a próxima reunião Data: 2 de
212 julho Horário: Encaminhamento da Presidência Ampliada: A confirmar com os membros da
213 Comissão Organizadora. 10. Pauta da 298ª Reunião do CNAS – Julho/2021 (Anexo A). Anexo A

214 298ª Reunião Ordinária do CNAS (17ª Reunião Virtual). 01/07/2021 – Reunião de Comissões 9h30
215 às 17h. Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de
216 Assistência Social e de Transferência de Renda. 02/07/2021 – Reunião de Comissões (a confirmar)
217 9h30 às 12h. Reunião das Equipes. 14h às 17h Reunião da Comissão Organizadora da 12º
218 Conferência Nacional de Assistência Social. 05/07/2021 – Reunião de Comissões. 9h30 às 12h
219 Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Reunião da
220 Comissão de Normas da Assistência Social. Reunião da Comissão de Política da Assistência Social.
221 14h às 18h Reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de
222 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social - Apresentação do IV relatório de
223 monitoramento do Sistema de Registro de Informações das Organizações da Sociedade Civil no
224 SUAS. (Resolução CNAS nº 26/2018). Reunião conjunta da Comissão de Financiamento e
225 Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social - Monitoramento
226 de Execução das metas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho –
227 ACESSUAS Trabalho/ Exercício 2020. 06/07/2021 – Reunião de Comissões 9h30 às 16h Reunião
228 da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 16h às 18h Reunião da
229 Presidência Ampliada do CNAS. 07/07/2021 – 298ª Reunião Ordinária do CNAS 9h30 às 10h
230 Aprovação da ata da 297ª Reunião Ordinária e da pauta da 298ª Reunião Ordinária do CNAS. 10h
231 às 11h Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
232 Conselheiros. Informes da SNAS sobre a COVID - 19. 11h às 12h30 Relato da Reunião da
233 Comissão de Acompanhamento dos Benefícios da Política Nacional de Assistência Social e de
234 Transferência de Renda. 14h às 17h Relato da reunião da Comissão Organizadora da 12º
235 Conferência Nacional. 08/07/2021 – 298ª Reunião Ordinária do CNAS. 9h30 às 10h30 Relato da
236 Presidência Ampliada do CNAS. 10h30 às 12h Relato da reunião da Comissão Financiamento e
237 Orçamento da Assistência Social. 14h às 15h30 Relato da reunião da Comissão de
238 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. Relato da reunião conjunta da Comissão de
239 Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
240 Social. 15h30 às 16h30 Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social. Relato da
241 reunião conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão
242 de Política da Assistência Social. 16h30 às 17h30 Relato da reunião da Comissão de Normas da
243 Assistência Social. Retomando o relato da reunião extraordinária da Presidência Ampliada quanto a
244 elaboração dos Informes CNAS Nº 03, 04 e 05 (item 1.1), o Presidente do CNAS Miguel Ângelo

245 Gomes Oliveira informou que serão apresentados no momento do relato da Comissão Organizadora
246 da 12ª Conferência Nacional. Quanto ao item 1.2. Sobre os convites para participação nas
247 Conferências de Assistência Social a Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês de Avelino
248 Carvalho comunicou a existência de planilha constante no anexo “A”, da memória de reunião
249 extraordinária, a qual encontra-se disponível no grupo da Presidência Ampliada. Desta forma o
250 Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira requisitou aos Conselheiros que a examinem a
251 planilha para posterior agendamento para deliberação. O Presidente do CNAS Miguel Ângelo
252 Gomes Oliveira informou que o item 1.3. Sobre a criação da Comissão de Monitoramento das
253 Deliberações das Conferências deve ser incluída na pauta da presente reunião, sugeriu a
254 transferência da discussão deste ponto para o período da tarde, juntamente com os relatos da
255 Comissão Organizadora da Conferência Nacional, sendo o encaminhamento aprovado pela Plenária.
256 Quanto ao item 2. Encerramento da gestão 2020/2021, o Presidente do CNAS Miguel Ângelo
257 Gomes Oliveira esclareceu que a Secretaria Executiva informou não haver nenhum ato de
258 encerramento relativo ao relatório da gestão. No que se refere ao item 3. Processo eleitoral da
259 Presidência do CNAS, encontra-se prejudicado, tendo em vista que haverá diálogo após o almoço
260 sobre o assunto. Passando-se para análise dos itens da memória de reunião da Presidência Ampliada
261 ocorrida em 08 de junho, com relação ao item 1. Processo eleitoral da Presidência do CNAS,
262 informou que em virtude do excesso de pauta na presente semana, não foi possível haver
263 remanejamento da data, contudo o assunto está sendo objeto de construção e será discutido no
264 período da tarde. Com relação ao item 3. Relativo ao E-mail da Sra. Denise Malheiro, recebido no
265 dia 10 de maio de 2021, a Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês de Avelino informou
266 que não há, no momento, nenhum relato sobre a verificação da situação da instalação da Mesa
267 Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS para posterior encaminhamento da Presidência
268 Ampliada, devido ao grande volume de trabalho da Secretaria Executiva, mas informou que será
269 providenciado na próxima segunda-feira. A Conselheira Sra. Vânia Maria Machado, lembrou que o
270 encaminhamento do relativo ao item 3, não contemplou a inclusão de conversa com a Secretária
271 Executiva na intenção de alterar o Decreto da mesa nacional, considerando que houveram muitas
272 alterações com relação ao funcionamento do mesa nacional, que o Núcleo Nacional de Educação
273 Permanente foi instalado e está em pleno funcionamento, inteirou a necessidade de se fazer uma
274 proposta, pois entendeu que a forma que o Decreto se encontra, para o Fórum Nacional dos
275 Trabalhadores, encontra-se inviável. O Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira

276 demonstrou preocupação com relação ao tempo necessário para a alteração do Decreto, pois poderá
277 ter como consequência a falta de atuação em virtude da espera de alteração do Decreto. Comunicou
278 que foi discutido, no âmbito da Presidência Ampliada, a possibilidade de haver um diálogo com a
279 representação dos trabalhadores para instituição do Decreto, inclusive, com indicação dos
280 representantes, de modo que o trabalho para alteração do Decreto seja realizado internamente. A
281 Conselheira Vânia Maria Machado concordou em consultar os seus pares, com intuito de indicar
282 um posicionamento para a próxima reunião da Presidência Ampliada. A Plenária concordou com
283 encaminhamento proposto. Com relação ao item 9. Reunião da Comissão Organizadora da 12ª
284 Conferência Nacional de Assistência Social, foi decidido que ocorrerá no dia dois de julho, sendo a
285 reunião das equipes na parte da manhã, e da Comissão Organizadora na parte da tarde. Com relação
286 ao item 8.1.2 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social, especificamente sobre o
287 encaminhamento realizado pela Presidência Ampliada no que condiz a realização de minuta de
288 resposta trazendo o que as normativas afirmam sobre a realização das Conferências para apreciação
289 de todos os conselheiros por e-mail até o dia 19 de junho e posterior assinatura do Presidente a
290 Conselheira Vânia Maria Machado sugeriu que fosse realizado um informativo a ser distribuído
291 para toda a rede de Assistência Social. A sugestão foi aprovada como encaminhamento da Plenária.
292 Em seguida, com relação ao item 8.2 relativa a Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão de
293 Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
294 Social, onde será momento em que será feita a análise das contribuições da Consulta pública
295 referente a Resolução CNAS nº 237-2006, a Conselheira Vânia Maria Machado solicitou que haja
296 uma previsão para finalização e publicação da Resolução CNAS nº 237/2006, questionou se o
297 adiantamento da Resolução seria viável, tendo em vista que as regionais estão em fase de
298 adaptação, com a realização de novas leis, e estão aguardando a referida Resolução para se
299 orientarem. O Conselheiro Sr. André Rodrigues Veras expressou que não há possibilidade de
300 adiantamento em virtude de indisponibilidade de agenda. O Conselheiro Sr. Becchara Rodrigues de
301 Miranda acrescentou que provavelmente a Resolução não estará finalizada em agosto, advertiu que
302 não seria cauteloso acelerar os processos relacionados a Resolução, uma vez que trata-se de uma
303 discussão complexa, a qual abrande questões relacionadas a organização, funcionamento, e
304 composição, além da Resolução nº 237/2006 referendar outras normas. Complementou que mesmo
305 com a realização de uma consulta pública ainda não foi possível tratar de todos os assuntos
306 importantes. A Conselheira Natália Cerqueira de Sousa arguiu sobre a grande responsabilidade da

307 Comissão de Normas para a realização da Resolução CNAS nº 237/2006, anunciou que foram
308 adotadas medidas minuciosas, no sentido de analisar todas as contribuições realizadas, comunicou
309 que encontram-se na primeira fase, ou seja, na finalização dos cronogramas das reuniões conjuntas,
310 que após o primeiro período de análise das contribuições, será iniciada a deliberação sobre as
311 propostas efetivas de inclusão, exclusão, ou alteração de dispositivos. A Conselheira Irene
312 Rodrigues da Silva enfatizou que estão ocorrendo muitas cobranças em relação ao Resolução, e
313 questionou se os assuntos ligados a questão não seriam discutidos em julho. O Conselheiro André
314 Rodrigues Veras enfatizou que seria necessária a reformulação da agenda para que houvesse uma
315 reunião da Comissão de Normas em julho, expressou a dificuldade que seria realizar duas reuniões
316 da Comissão de Normas. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva ponderou que seu questionamento
317 se deve ao fato de figurar como Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos –
318 CAC, que participou da reunião trimestral, bem como das reuniões regionais, ressaltou que muitos
319 Conselhos estão indagando sobre a Resolução CNAS nº237/2006 para, dessa forma, realizar os seus
320 respectivos processos eleitorais. Asseverou que já havia uma previsão de entrega feita pelo CNAS,
321 e que o debate já se alonga por 3 (três) anos. A Conselheira Edna Aparecida Alegro expressou sua
322 preocupação em relação ao decorrer do tempo. Lembrou que tem-se discutido sobre a paridade do
323 Conselho se a LOAS está sendo cumprida, especialmente o artigo 30, o que será refletido nos
324 Municípios. Enfatizou que o processo da Resolução deve ter andamento, ainda que não haja a
325 participação de todos, considerando essas ações como prioritárias, esclareceu que entende as
326 dificuldades, contudo argumentou pela importância de haver comprometimento com as previsões
327 ofertadas pelo CNAS. Alertou que futuramente ocorrerão as conferências estaduais e
328 conseqüentemente haverá maior dificuldade para dar andamento ao que condiz a Resolução, que tal
329 demora compromete bastante a imagem do Conselho Nacional de Assistência Social. O Conselheiro
330 Sr. Miguel Ângelo Gomes Oliveira lembrou que a Comissão de Normas possui numerosa
331 composição, que em virtude disso há dificuldade de ter quórum, esclareceu que é importante
332 conhecer o quantitativo de demandas encaminhadas a Comissão de Normas, dificultando seu tempo de
333 resposta, que devido a importância da Resolução nº 237/2006, as discursões devem estar
334 amadurecidas. O Conselheiro André Rodrigues Veras discordou dos levantamentos feitos pela
335 Conselheira Edna Aparecida Alegro, tendo em vista que a velocidade da ação é fator determinante
336 para a qualidade dos trabalhos, do mesmo modo diferiu quanto a opinião de que a imagem do
337 CNAS ficaria comprometida ante o tempo necessário para análise da questão debatida.

338 Complementou que a imagem do CNAS apenas seria afetada se nenhuma ação estivesse sendo
339 tomada, o que não condiz com o caso em discussão. Destacou que a Comissão de Normas analisa
340 diversos temas, não apenas a Resolução nº 237/2006. Explicou que, em sua visão, o aumento do
341 número de reuniões não proporcionaria maior eficácia, concordou que, quando necessário, as
342 reuniões devem ser realizadas, contudo de forma mais objetiva visando otimizar o tempo.
343 Acrescentou que se dispõe a discutir as prioridades, desde que haja a marcação de apenas uma
344 reunião da Comissão de Normas para o mês de julho. O Conselheiro Sr. Becchara Rodrigues de
345 Miranda esclareceu que quanto ao cumprimento do artigo 30 da LOAS, o parâmetro não tem sido o
346 a Resolução nº 237/2006, e sim a LOAS e a NOBSUAS 2012, asseverou que o debate irá ter
347 consequências para a Resolução nº 237/2006, e não ao contrário do que alguns Conselheiros
348 destacaram anteriormente. Complementou que a Resolução nº 237/2006 não iria definir o artigo 30,
349 e sim as discussões que estão sendo feitas que produzirão conteúdo necessário para ser absolvido na
350 Resolução nº 237/2006. Concordou com o Conselheiro Sr. André Rodrigues Veras, que apesar de
351 entender a necessidade de maior velocidade nos trabalhos, há também a impossibilidade humana de
352 lidar com muitas demandas. A Conselheira Sra. Aline Araújo Silva sugeriu como encaminhamento
353 que a Secretaria Nacional de Assistência Social indicasse uma previsão sobre a finalização da
354 análise a respeito do Artigo 30 da LOAS, e que a Comissão de Normas fosse informada sobre essa
355 antevisão, pois dessa forma a Comissão de Normas se reuniria apoiada de informações com relação
356 ao artigo 30 e a análise da consulta pública. Após amplo debate, foi incluído como encaminhamento
357 da Plenária: A reunião conjunta entre a Comissão de Normas e a Comissão de Acompanhamento
358 aos Conselhos, foi agendada para o dia 05 de julho das 14h às 18h, momento o qual a SNAS
359 apresentará relato sobre o artigo 30 e a análise da consulta pública. Em virtude do horário, o
360 Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira anunciou a realização dos informes da SNAS,
361 e que posteriormente será retomada a análise dos itens relativos a memória de reunião da
362 Presidência Ampliada. Em seguida a Secretária da Secretaria Nacional de Assistência Social.
363 SNAS, a Sra. Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa realizou os **Informes da Secretaria**
364 **Nacional de Assistência Social – SNAS sobre a COVID - 19**, os quais abrangeram os seguintes
365 tópicos: 1. Portaria 109/2020 e a averiguação dos requisitos do artigo 30 da LOAS. 2. Apoio técnico
366 integrado do SNAS. Acrescentou que a SNAS realizou as seguintes reuniões: com as Deputadas
367 Leandra e Aline Gurgel, para a discussão de um Projeto de Lei sobre adoção e família acolhedora;
368 com as executivas do CONGEMAS e FONSEAS. Informou sobre a existência de grupo de trabalho

369 que trata de questões imigratórias de indígenas venezuelanos, juntamente com outros Ministérios;
370 com representantes do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária; com o Reitor
371 da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira UNILAB, com
372 intuito de inserir conhecimento a respeito da política de Assistência Social nas Universidades,
373 visando a formação de profissionais de todas as áreas com maior consciência social, além de,
374 buscar-se maior alcance do CAPACITASUAS para as equipes técnicas. Comunicou a realização de
375 uma *live* sobre trabalho infantil, com a presença do Ministério Público do Trabalho, OIT, Fórum
376 Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, e especialmente com a
377 participação de um adolescente vítima de trabalho infantil. Ao final de seu relato ressaltou a
378 importância do CNAS e de seus Conselheiros e agradeceu a todos. Retomando e prosseguindo com
379 a minuta da Presidência Ampliada, o Presidente do CNAS Sr. Miguel Ângelo Gomes Oliveira
380 realizou leitura do Anexo A, 298ª Reunião Ordinária do CNAS (17ª Reunião Virtual), incluindo o
381 encaminhamento realizado anteriormente, com relação a data de 05/07/2021 – Reunião de
382 Comissões. 14h às 18h - Reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e da
383 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social - Apresentação do IV relatório
384 de monitoramento do Sistema de Registro de Informações das Organizações da Sociedade Civil no
385 SUAS. (Resolução CNAS nº 26/2018), sendo o Encaminhamento da Plenária: a continuação das
386 análises das contribuições da Consulta Pública da Resolução CNAS n. 237/2006. Não havendo mais
387 destaques, a Pauta referente a 298ª Reunião Ordinária do CNAS (17ª Reunião Virtual) foi aprovada
388 pela Plenária. **ENCERRAMENTO:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira encerrou a
389 reunião para almoço, convidando a todos para retornarem às 15h. **ABERTURA:** O Presidente
390 Miguel Ângelo Gomes Oliveira reiniciou a Reunião no período da tarde cumprimentando a todos e
391 solicitou que a Secretária Executiva do CNAS realizasse a verificação do quórum. Seguindo para o
392 **Relato da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social**, a
393 Conselheira Aline Araújo Silva iniciou a leitura da Memória de Reunião da Comissão Organizadora
394 da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, a qual abrangeu os seguintes itens: 1. Relatos
395 das Equipes Temáticas: 1.1 Equipe Programática. Questões iniciais apreciadas pela Equipe
396 Programática: a) Nos informes de 2017, da 11ª Conferência Nacional, base para a construção dos
397 informes da 12ª Conferência Nacional, apenas o Informe da Conferência do DF manteve as
398 questões norteadoras, enquanto que as mesmas foram retiradas do Informe das Conferências
399 Estaduais. Encaminhamento da Equipe Programática: Manutenção das questões norteadoras para os

400 Estados e para o Distrito Federal, observando os ajustes necessários de texto para cada ente
401 federado. b) Menção ao Sisconferência nos Informes. Encaminhamento da Equipe Programática:
402 Proposta de manutenção do nome Sisconferência, independente de se optar por outra plataforma,
403 devido a este termo ser conhecido nacionalmente. c) Leitura dos dois informes. Encaminhamento da
404 Equipe Programática: 1) tendo em vista que os Informes nº 4 e nº 5/2021 contemplam ajustes para
405 os Estados e DF, conforme deliberado em Plenário, a Equipe Programática sugere à Comissão
406 Organizadora que os mesmos sejam apresentados na sua íntegra durante o Relato da Comissão
407 Organizadora no Pleno de junho. 2) em relação ao informe 5/2021, da Conferência do DF, a Equipe
408 Programática propõe à Comissão Organizadora que os dois fluxogramas apresentados, tanto para as
409 Regiões Administrativas - RAs, quanto para a Conferência do DF sejam unificados. 3) A Secretaria
410 Executiva encaminhará os informes CNAS nº 4 e 5/2021, com as adequações solicitadas, no dia 3
411 de junho para validação da Equipe Programática, e no dia 4 de junho para conhecimento de todos
412 conselheiros. 1.2 Equipe de Participação e Acessibilidade. Encaminhamento da Comissão
413 Organizadora: encaminhar a minuta de Resolução para a avaliação da Comissão de Normas e
414 verificar se vai ser incluído o assunto sobre a não realização da conferência nesta resolução ou vai
415 ser criada uma nova resolução. 1.3 Equipe de Comunicação. 2. Demandas sobre o processo
416 conferencial (planilha enviada aos conselheiros em 13 de abril). A Comissão fez a leitura da
417 planilha com demandas dos Conselhos Municipais e Conselhos Estaduais sobre o processo
418 conferencial verificando as pendências. Encaminhamento: Atualizar a planilha de acordo com as
419 definições feitas no colegiado e informar nas respostas o link das reuniões regionais no YouTube e
420 Informes CNAS nº1 e nº2/2021. 3. Definição da data para próxima reunião. Encaminhamento: A
421 data será definida depois que a Secretaria Executiva atualizar o cronograma de atividades para a
422 operacionalização da 12º Conferência Nacional. Encaminhamento da Presidência Ampliada:
423 Reunião da Comissão Organizadora dia 02 de julho – 14h às 17h. Em seguida o Presidente do
424 CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira abriu para manifestações, quanto aos pontos referentes a
425 equipe programática, foi incluído, no item 1, como encaminhamento da Plenária: leitura parcial dos
426 informes, devido estarem contemplados os demais itens no Informe 01, já deliberado pelo
427 Conselho. O Conselheiro Carlos Nambu, explicou que a Conselheira Aline Araújo fará as leituras
428 dos Informes 04 e 05, retirando os itens contemplados no Informe 01 para apreciação do Pleno. Ato
429 contínuo a Conselheira Aline Araújo Silva realizou leitura do Informe CNAS Nº 4/2021.
430 Orientações Temáticas e Organizativas Para as Conferências Estaduais de Assistência Social de

431 2021, o qual abrangeu o seguinte: O presente informe tem como objetivo orientar estados, visando a
432 reflexão e o debate do tema da Conferência: "Assistência Social: Direito do Povo e Dever do
433 Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".
434 Para as Conferências Estaduais de Assistência Social, o Conselho Nacional de Assistência Social
435 (CNAS) recomenda que: todos os Estados convoquem e realizem suas Conferências Estaduais, no
436 período de 1 de setembro a 31 de outubro de 2021, conforme Resolução CNAS/MC nº 30, de 12 de
437 março de 2021, que estabelece normas gerais para a realização das conferências de assistência
438 social em âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal; as Conferências Estaduais de
439 Assistência Social sejam exclusivas e realizadas segundo as orientações emanadas do CNAS,
440 preservando, assim, o caráter setorial da política; sejam realizados eventos de mobilização e
441 preparação incluindo os diferentes segmentos, sobretudo os usuários, de modo a ampliar e qualificar
442 a participação e o controle social; nos eventos preparatórios, os Estados estudem, conheçam e
443 discutam o II Plano Decenal e o estágio atual em relação à incorporação do Plano em seus
444 processos de planejamento e nos instrumentos de planejamento da política (Plano de Assistência
445 Social, Plano Plurianual). O debate acerca de todos os Eixos temáticos propostos; A observância
446 quanto ao número de deliberações finais, conforme este Informe CNAS nº 4/2021; A observância
447 quanto ao número de delegados a serem eleitos para a etapa nacional, conforme definido no Informe
448 CNAS nº 3/2021; O preenchimento dos instrumentais apresentados neste Informe CNAS nº 4/2021.
449 Os trabalhos de preparação da 12ª Conferência de Assistência Social, em todas as esferas, têm
450 indicado a importância estratégica no processo de escolha dos delegados, de forma paritária,
451 (Governo e Sociedade Civil) e proporcional entre os segmentos da sociedade civil (usuários,
452 trabalhadores e entidades) para as Conferências Estaduais, do Distrito Federal e Nacional. Seja
453 representante da sociedade civil ou governo, participar de uma Conferência como delegado (a)
454 exige motivação, disciplina, capacidade de concentração, leituras preparatórias, explicitação das
455 posições e compromisso com o projeto coletivo. Os delegados, além de cumprirem o papel de
456 representar os municípios, estados e Distrito Federal, como porta-vozes das resoluções deliberadas
457 nas respectivas Conferências, têm a grande responsabilidade da participação qualificada nos debates
458 em todos os momentos. O CNAS orienta que os conselhos estaduais, municipais e do Distrito
459 Federal deverão, preferencialmente, indicar para as Conferências de Assistência Social, delegados
460 eleitos do segmento de usuários, no caso de vacância de delegados dos segmentos de trabalhadores
461 e/ou de entidades. No caso de vacância dos delegados da representação governamental deverá ser

462 garantida a representação dos 3 segmentos da sociedade civil, mantendo-se a vacância (A redação
463 será discutida na Comissão de Normas e levada ao Pleno). Constam da estrutura deste Informe os
464 seguintes conteúdos, além desta introdução: 1. Resgate histórico; 2. Conferências Estaduais de
465 Assistência Social: Tema e Eixos do Processo Conferencial 2021; 3. Ações preparatórias; 4.
466 Proposta do formato e metodologia da Conferência Estadual; 5. Registro das Conferências
467 Estaduais de Assistência Social 2021 (Instrumental 2). 3. Ações Preparatórias. A responsabilidade e
468 liderança no Processo Conferencial de Assistência Social são dos Conselhos de Assistência Social.
469 Assim, a preparação das Conferências Estaduais envolve ações administrativas, ações de natureza
470 técnica-política e ações de natureza metodológica que os Conselhos Estaduais devem observar. 3.1.
471 Ações preparatórias de natureza administrativa: Elaboração e publicação do instrumento público de
472 convocação da Conferência Estadual (resolução, edital, decreto, portaria ou outro), considerando os
473 prazos para a sua realização deliberados e divulgados pelo CNAS (entre 1 de setembro a 31 de
474 outubro de 2021); Definição e preparação da infraestrutura da Conferência, considerando este
475 Informe CNAS nº 4/2021; Definição pelos CEAS dos critérios de participação: número e
476 caracterização dos delegados, convidados e observadores; Definição e organização da equipe de
477 relatoria para o adequado registro e sistematização das deliberações advindas dos municípios (nos
478 termos estabelecidos pelo CNAS neste Informe), bem como para o trabalho de sistematização antes,
479 durante e após a Conferência Estadual. 3.2. Ações preparatórias de natureza técnico-política:
480 Convocação, organização, realização, condução, registros e sistematizações da Conferência
481 Estadual de Assistência Social: Estas tarefas são de competência dos respectivos Conselhos
482 Estaduais de Assistência Social (CEAS); Síntese dos relatórios das Conferências Municipais
483 realizadas em todo o estado: Atividade de competência do Conselho Estadual que poderá contar
484 com apoio da equipe de relatoria, considerando as orientações contidas neste Informe (item 3.3.1);
485 Sistematização das deliberações advindas dos municípios: à Equipe de relatoria compete
486 sistematizar as deliberações advindas dos municípios, considerando as orientações metodológicas
487 contidas neste Informe (item 3.3.2). Essa sistematização, realizada pela Equipe de relatoria, deverá
488 ser submetida, posteriormente, à aprovação do Conselho Estadual; Apropriação dos conteúdos do II
489 Plano Decenal de Assistência Social: O ponto de partida para a preparação das Conferências nos
490 estados é a leitura, estudo e debates sobre o II Plano Decenal de Assistência Social, e do Plano
491 Decenal Estadual - caso tenha sido elaborado. É importante, ainda, a reflexão quanto ao estágio
492 atual no estado de incorporação do II Plano Decenal nos processos de planejamento da política

493 (Plano de Assistência Social, Plano Plurianual). Diagnóstico do estágio de implementação do SUAS
494 e do II Plano Decenal no estado: A elaboração do diagnóstico sobre o estágio de implementação do
495 SUAS e do II Plano Decenal no âmbito dos estados deve considerar, necessariamente, o “Pacto de
496 Aprimoramento do SUAS para o quadriênio 2016-2019 no âmbito dos estados e do DF”, que é
497 instrumento estratégico de aprimoramento do SUAS, fortalecimento da gestão e da implementação
498 do II Plano Decenal (item 3.3.3). É importante esclarecer que as ações de natureza técnico-política
499 não devem ser vistas de forma estanque ou linear, e, portanto, não necessariamente seguindo a
500 ordem apresentada acima, pois são ações inter-relacionadas. 3.3. Ações preparatórias de natureza
501 metodológica. 3.3.1. Síntese das Conferências Municipais realizadas em todo o estado: Nessa
502 síntese devem ser apresentados, dentre outros pontos: total de municípios que realizaram a
503 Conferência; de participantes, subdivididos em delegados (considerando governamentais e da
504 sociedade civil – trabalhadores, usuários e entidades de Assistência Social), observadores e
505 convidados; de municípios que realizaram eventos de mobilização e preparação, com destaque para
506 encontros com usuários; de participantes nos eventos de mobilização e preparação; de deliberações
507 Municipais para o estado e a União; alguns destaques quanto à avaliação por parte dos participantes
508 e dos conselheiros. 3.3.2. Sistematização das deliberações advindas dos municípios: Os CEAS, com
509 apoio da Equipe de relatoria, são os responsáveis por essa sistematização, considerando as
510 deliberações advindas dos municípios para o Estado e para a União, registradas no
511 INSTRUMENTAL nº 1, do Informe CNAS nº 1/2021. Somente farão parte dessa sistematização as
512 deliberações advindas dos municípios contidas nos relatórios encaminhados ao Conselho Estadual
513 dentro do prazo por ele estabelecido. Para a sistematização das deliberações advindas dos
514 municípios, devem-se adotar os seguintes passos: a. Reunir as deliberações advindas dos
515 municípios, resultante do processo conferencial municipal em todo o estado; b. Separá-las por ente
516 federado (deliberações advindas dos municípios para o estado; e deliberações advindas dos
517 municípios para a união); c. Conferir de qual ente é a competência apontada nas deliberações
518 advindas dos municípios: quando necessário, reclassificar para ajustar à correta responsabilidade do
519 ente federado para sanar possíveis equívocos quanto à esfera responsável. Para esse trabalho deve-
520 se consultar a NOB SUAS 2012, na Seção I – Responsabilidades dos Entes (art. 1 a 17). Quando
521 necessário reclassificar as deliberações advindas dos municípios, devem-se observar as orientações
522 a seguir: Aquelas que se constituam em responsabilidades comuns para o estado e União deverão
523 ser lançadas para ambos; Aquelas cujo conteúdo apresente, simultaneamente, responsabilidades

524 específicas do estado e da união deverão ser desmembradas para que possam ser devidamente
525 registradas nos entes responsáveis. Isso pode ser feito desde que haja uma explicitação/registro da
526 interpretação realizada, e desde que não haja a descaracterização da deliberação original; Aquelas
527 que forem de competência do município e tiverem seguido para a etapa estadual deverão ser
528 devolvidas para o nível municipal, acompanhadas da devida justificativa; Separar por Eixo as
529 deliberações advindas dos municípios para cada ente federado (estado e união); Aquelas que
530 possam ser classificadas em mais de um Eixo deverão ser mantidas no Eixo originalmente indicado
531 pelo município; Aquelas de mesmo conteúdo classificadas em Eixos diferentes por diferentes
532 municípios devem ser reclassificadas, mantendo-se todas no Eixo mais frequentemente apontado
533 pelos municípios. e. Conferir se o conteúdo das deliberações advindas dos municípios está de
534 acordo com o Eixo. Quando necessário, reclassificar quanto ao Eixo para sanar possíveis equívocos.
535 Para esse trabalho deve-se consultar a definição de cada um dos Eixos, disponíveis no item 2 deste
536 Informe; f. Após essa etapa as deliberações advindas dos municípios para o estado e para a união
537 devem ser ranqueadas em ordem decrescente por Eixo, com base na frequência com que foram
538 deliberadas nos municípios. g) Essa classificação deverá resultar na identificação das 10
539 deliberações advindas dos municípios mais frequentes para cada Eixo, realizadas para o estado e
540 para a união. Conforme deliberação de cada CEAS esse número poderá crescer até o limite de 20
541 deliberações advindas dos municípios, as quais poderão ser registradas nas tabelas de apoio para a
542 relatoria a seguir (tabelas nº de 1 a 10). Tabelas dos Eixos 01 a 10, sobre as Deliberações advindas
543 dos municípios para os estados, em ordem decrescente de frequência, constando o respectivo Eixo,
544 primeira coluna constando o “número”, a segunda coluna: as “Deliberações”; terceira coluna o
545 “Total de municípios que deliberaram a Proposta”. Observação: *No mínimo 10 e no máximo 20
546 deliberações advindas dos municípios. 3.3.3. Diagnóstico do estágio de implementação do SUAS e
547 do II Plano Decenal no estado: É fundamental que se faça um balanço dos avanços e desafios
548 considerando o atual estágio do SUAS no estado e se construam estratégias para levar esse
549 conhecimento aos delegados participantes da Conferência Estadual. Para realizar esse diagnóstico
550 deve-se considerar necessariamente o “Pacto de Aprimoramento do SUAS para o quadriênio 2016-
551 2019 no âmbito dos estados e do DF”. Recomenda-se considerar ainda dados gerais para
552 contextualização da realidade do estado; e o diagnóstico socioterritorial do estado. Diagnóstico do
553 estágio de implementação do SUAS e do II Plano Decenal no estado: 4. Formato e metodologia da
554 Conferência Estadual de Assistência Social. 4.1. Formato da Conferência Estadual de Assistência

555 Social. Devem-se garantir, necessariamente, os seguintes momentos: a) aprovação do Regimento
556 Interno: Momento no qual será definido o desenvolvimento dos trabalhos da Conferência Estadual,
557 que pode ser feito em formato virtual antes da realização da Conferência; b) Abertura; c)
558 Apresentação da Síntese da realização das Conferências Municipais em todo o estado; d)
559 Apresentação do Diagnóstico do estágio de implementação do SUAS e do II Plano Decenal no
560 estado; e) Palestras/Painéis sobre o Tema da Conferência e os 5 Eixos: Exposição sobre o tema
561 "Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar
562 as desigualdades e garantir proteção social" e apresentação dos 5 Eixos, considerando a ementa, a
563 argumentação, os desafios à luz do II Plano Decenal e as questões norteadoras. f) Realização dos
564 Grupos de Trabalho por Eixo, conforme orientações do item 4.2. g) Realização da Plenária Final.
565 4.2 Metodologia dos Grupos de Trabalho, da sistematização pela equipe de relatoria e da Plenária
566 Final. 4.2.1. Metodologia dos Grupos de Trabalho por Eixo Considerando o tema da Conferência e
567 os 5 Eixos, orienta-se que os participantes sejam subdivididos em Grupos de Trabalho assegurando-
568 se, pelo menos, 1 grupo de trabalho por Eixo, e que cada Grupo de Trabalho discuta apenas 1 dos 5
569 Eixos. Recomenda-se que nos debates dos Grupos de Trabalho sejam contempladas as
570 especificidades do Estado. A metodologia dos Grupos de Trabalho por Eixo deve observar,
571 necessariamente, as orientações a seguir: a) Debater inicialmente as deliberações advindas dos
572 municípios classificadas no respectivo Eixo; b) Realizar ajustes de redação nas propostas advindas
573 dos municípios se for o caso, visando seu aperfeiçoamento, desde que não se altere seu conteúdo
574 principal; c) Os Grupos de Trabalho poderão construir novas propostas para o Estado e para a
575 União. A elaboração de novas propostas deve ser realizada considerando o respectivo Eixo do
576 Grupo de Trabalho à luz do II Plano Decenal. Será considerada nova proposta apenas aquela que se
577 atenha a um conteúdo específico, sendo desconsideradas pela equipe de relatoria aquelas que não
578 atenderem a esta exigência. Deve-se assegurar que a redação das novas propostas seja iniciada com
579 verbo no infinitivo (ex. realizar, fazer, implementar) e tenha, no máximo, 5 linhas. d) Os delegados
580 dos grupos de trabalho deverão votar: As deliberações advindas dos municípios para o estado e as
581 deliberações advindas dos municípios para a União; As novas propostas, observando, nesse caso,
582 necessariamente, o limite máximo de 2 novas propostas para o Estado e 2 novas propostas para a
583 União; A votação dos delegados deverá assegurar que, ao final, o Grupo de Trabalho alcance o
584 seguinte resultado, que será encaminhado à equipe de relatoria: 10 propostas para o Estado:
585 considerando deliberações advindas dos municípios e novas propostas, observando, neste caso, o

586 limite máximo de 2 novas propostas, devidamente registradas na Tabela 11; 10 propostas para
587 a União: considerando deliberações advindas dos municípios e novas propostas, observando, neste
588 caso, o limite máximo de 2 novas propostas, devidamente registradas na Tabela 12; Nos Grupos de
589 Trabalho apenas os delegados deverão votar as deliberações advindas dos municípios e as novas
590 propostas. Tabela 11 e 12 – Propostas de deliberação para o estado, por Eixo. Primeira coluna
591 consta: “Redação da Proposta de deliberação”; na segunda coluna consta: “Eixo do Grupo de
592 Trabalho”; Na terceira coluna consta: “Origem da proposta (Deliberação advinda do município; ou
593 nova proposta*)”; na quarta coluna consta: “Nº de votos favoráveis”. Observação: *Máximo de 2
594 novas propostas. 4.2.2. Metodologia para a Sistematização pela equipe de relatoria dos resultados
595 dos Grupos de Trabalho Para sistematizar os resultados dos Grupos de Trabalho, a equipe de
596 relatoria deve observar, necessariamente, as orientações a seguir: a) Reunir as propostas
597 advindas dos grupos de trabalho; b) Agrupar as propostas advindas dos grupos de trabalho,
598 considerando o Eixo; c) Separar as propostas por origem: deliberações advindas dos municípios e
599 novas propostas; No que concerne às advindas dos municípios compete à equipe de relatoria:
600 Ranquear por número de votos dos delegados, somando-se os votos recebidos em cada grupo de
601 trabalho do Eixo, quando houver mais de um. No que concerne às novas propostas compete à
602 equipe de relatoria: Agrupar aquelas de conteúdo semelhante e formular uma nova redação, sem
603 alteração do conteúdo principal; ranquear as novas propostas por número de votos de delegados,
604 somando-se os votos recebidos em cada Grupo de Trabalho, quando houver mais de um. Assim,
605 caso a relatoria agrupe propostas, os respectivos votos devem ser somados; Considerando as
606 propostas mais votadas pelos delegados nos Grupos de Trabalho, a equipe de relatoria deverá
607 encaminhar para a Plenária Final: 50 propostas mais votadas para o estado: sendo 10 para cada
608 Eixo, das quais necessariamente pelo menos 8 deliberações advindas dos municípios e até 2 novas
609 propostas, devidamente registradas na Tabela 13; 50 propostas mais votadas para a União: sendo 10
610 para cada Eixo, das quais necessariamente pelo menos 8 deliberações advindas dos municípios e até
611 2 novas propostas, devidamente registradas na Tabela 14. Tabela 13 e 14: Sistematização das
612 propostas de deliberação para o Estado, resultante dos Grupos de Trabalho, por Eixo as quais
613 constam: na primeira coluna “Numeração”; na segunda coluna “Redação da Proposta de
614 Deliberação Origem: deliberação advinda dos municípios”; na terceira coluna “Eixo”; na quarta
615 coluna “Votos GT1”; na quinta coluna “Votos GT2”; na sexta coluna “Votos GTn” e na sétima
616 coluna “Total de votos”. Após a oitava linha da mesma tabela consta na “Redação da Proposta de

617 Deliberação Origem: Nova proposta”; na terceira coluna “Eixo”; na quarta coluna “Votos GT1”; na
618 quinta coluna “Votos GT2”; na sexta coluna “Votos GTn” e na sétima coluna “Total de votos”.

619 Observação: *n corresponde ao número de Grupos de Trabalho do respectivo Eixo. 4.2.3
620 Metodologia da Plenária Final. A plenária final tem como objetivos: a) discutir e aperfeiçoar a
621 redação das propostas de deliberação, por Eixo, sistematizadas pela equipe de relatoria após Grupos
622 de Trabalho (sem alteração do conteúdo); Tabela 15: Quantitativos e distribuição das propostas de
623 deliberação, por Eixo, encaminhadas à Plenária Final, após trabalho de sistematização da equipe de
624 relatoria. Sendo as colunas a segunda a quinta coluna horizontais correspondentes aos Eixos 1, 2, 3,
625 4 e 5 respectivamente e a sexta coluna corresponde ao “total”. A primeira coluna vertical
626 corresponde aos “Estados” e a segunda coluna vertical a “União”. b) aprovar ou rejeitar as
627 propostas de deliberação, por Eixo, sistematizadas pela equipe de relatoria após Grupos de
628 Trabalho; as 50 propostas para o Estado e as 50 para a União apresentadas à Plenária Final serão
629 votadas separadamente, considerando os Eixos e o Ente responsável; Na Plenária Final, após a
630 votação dos delegados, deve-se chegar aos seguintes resultados: 15 deliberações para o estado,
631 sendo 3 para cada Eixo. 10 deliberações para a União, sendo 2 para cada Eixo. Tabela 16:
632 Quantitativos e distribuição das deliberações resultantes da votação em plenária. Sendo as colunas a
633 segunda a quinta coluna horizontais correspondentes aos Eixos 1, 2, 3, 4 e 5 respectivamente e a
634 sexta coluna corresponde ao “total”. A primeira coluna vertical corresponde aos “Estados” e a
635 segunda coluna vertical a “União”. Observação: As tabelas apresentadas até aqui são para
636 entendimento do processo e de apoio à equipe de relatoria. Deve-se utilizar a tabela apresentada no
637 Instrumental 2 para o registro das deliberações aprovadas na Conferência Estadual, as quais serão
638 encaminhadas para a Conferência Nacional. c) apreciar as moções, aprovando-as ou rejeitando-as,
639 conforme o Regimento Interno da Conferência; d) Eleger delegados para representação na 12^a
640 Conferência Nacional, observando os quantitativos expressos no Informe CNAS nº 3/2021:
641 Recomenda-se um processo eletivo simples, em que os candidatos se apresentam e os participantes
642 os elegem para a representação na Conferência Nacional, observando o quantitativo de vagas
643 deliberado pelo CNAS- Informe CNAS nº 3/2021. A eleição de delegados, se ocorrida ao final da
644 Conferência Estadual, amplia as chances de acerto nas representações, pois terá havido maior
645 oportunidade de trocas e debates, para conhecimento das ideias de cada um e interesses
646 representados. Deve-se eleger delegados titulares e seus respectivos suplentes, dentre representantes
647 do governo e da sociedade civil, respeitando-se a proporcionalidade entre usuários, entidades e

648 trabalhadores. Não sendo possível eleger um suplente para cada delegado titular, recomenda-se
649 eleger no mínimo um terço de suplentes dos delegados, respeitando, igualmente, a paridade e a
650 proporcionalidade. O CNAS orienta que os conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal
651 deverão, preferencialmente, indicar para as Conferências de Assistência Social, delegados eleitos do
652 segmento de usuários, no caso de vacância de delegados dos segmentos de trabalhadores e/ou de
653 entidades. No caso de vacância dos delegados da representação governamental deverá ser garantida
654 a representação dos 3 segmentos da sociedade civil, mantendo-se a vacância. (Redação será
655 discutida na Comissão de Normas e levada ao Pleno). 5. Registro das Conferências Estaduais de
656 Assistência Social 2021 Instrumental 2. I. Informações Gerais sobre a Conferência Estadual de
657 Assistência Social UF: Unidade da Federação. Código IBGE: Código Identificador segundo o
658 IBGE. Identificação da Conferência: Número sequencial da Conferência. (Considerado relevante
659 para registrar quantas Conferências já foram realizadas). Datas de Início: Indicar o dia de início da
660 Conferência, sem considerar os momentos preparatórios. Datas de Término: Indicar o dia de
661 término da Conferência. Total de horas de realização: Indicar o quantitativo de horas total
662 destinadas aos trabalhos da Conferência, considerando os dias de sua realização. Para este
663 quantitativo não considerar os momentos preparatórios e não considerar os horários de intervalo
664 para almoço durante a Conferência. Local de realização: Indicar o endereço do local de realização
665 da Conferência ou se foi virtual. Número total de participantes: Registrar total de participantes
666 presentes na Conferência independente do segmento, considerando aqueles que participaram da sua
667 realização e atividades. Delegados, Convidados e Observadores: Discriminar nos itens 10, 11, e 12
668 o total de participantes segundo o papel desempenhado na Conferência. 1 UF. 2 Código IBGE.3
669 Identificação da Conferência. Formato da Conferência (virtual ou presencial ou híbrida). 4 Data de
670 Início. 5 Data de Término. 7 Total de Horas de realização. 8 Local de realização (se
671 presencial). 9 Número total de participantes. 10 Número de Delegados. 11 Número de
672 Convidados. 12 Número de Observadores. II. Quantitativo de municípios que realizaram
673 Conferências Municipais no estado. Apresentar um balanço. Informar quais os municípios que as
674 realizaram e, no caso de não terem acontecido, registrar as razões pelas quais não ocorreram: III.
675 Quantitativo de delegados da Conferência Estadual de Assistência Social por categoria e
676 representação: Informar o quantitativo de delegados participantes da Conferência Estadual ou do
677 DF representantes de cada um dos segmentos definidos na LOAS, por representação federativa.
678 Tabela dividida em: Sociedade Civil (subdividida em: usuários, trabalhadores e entidades) e

679 Governamentais, sendo a primeira coluna referente ao “total”. IV. Quantitativo de pessoas
680 envolvidas com a organização e a realização da Conferência Estadual de Assistência Social:
681 Informar o quantitativo de pessoas envolvidas na organização do processo conferencial,
682 considerando, as pessoas que se dedicaram à operacionalização dos eventos de mobilização e
683 preparação e à organização e realização da Conferência, inclusive na relatoria. Tabela dividida em
684 na primeira coluna horizontal em “Quantitativo” e na segunda coluna horizontal “Caracterização”,
685 sendo que nas linhas abaixo desta coluna constam verticalmente: Conselho (conselheiros e
686 profissionais vinculados ao Conselho); Órgão gestor da Assistência Social (gestor e profissionais
687 vinculados ao órgão gestor); Prestadores de serviço (empresas, profissionais contratados
688 especificamente para esta finalidade); Sociedade civil (associações, clubes, ong’s, oscip’s, etc);
689 outros (especificar). V. Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência
690 Estadual de Assistência Social Indicar quantitativo de eventos de mobilização e preparação como:
691 encontros preparatórios, palestras ou debates públicos, *lives*, encontros com usuários e outras
692 formas (especificar) que antecederam a Conferência Estadual. Para tanto, considerar: Encontros
693 Preparatórios: encontros, reuniões e debates preparatórios nos territórios, envolvendo todos os
694 segmentos e abordando o tema da Conferência e/ou eixos; Palestras e/ou Debates Públicos/*Lives*:
695 Encontros formativos para subsidiar a participação na Conferência estadual; Encontros
696 Preparatórios com Usuários: Encontro com usuários nos equipamentos da Assistência Social, no
697 contexto de atendimento dos Serviços ou Programas, em espaços da rede socioassistencial privada,
698 de movimentos sociais representantes dos usuários, etc, visando o debate sobre o tema da
699 Conferência, sobretudo, direitos socioassistenciais. Tabela dividida em “Quantitativo” e “Tipo de
700 Eventos de Mobilização e Preparação no estado” sendo os tipos de eventos relacionados nas linhas
701 horizontais desta coluna: Encontros Preparatórios; Palestras ou Debates Públicos; *Lives*;
702 Encontros Preparatórios com Usuários; Outras Formas (especificar). VI. Participação do CEAS
703 nas Conferências Municipais e do estado, e, em seus eventos preparatórios. Tabela dividida em Nº
704 de municípios em que o CEAS esteve na Conferência; Nº total de conselheiros Estaduais presentes
705 nas Conferências; Governamental e Sociedade civil (usuários, trabalhadores e entidades). VII.
706 Quantidade de pessoas que participaram dos Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam
707 a Conferência Estadual de Assistência Social. Indicar o total de participantes presentes nos eventos
708 de mobilização e preparação, independente do segmento ao qual pertencem. Tabela dividida em
709 “Tipo de Eventos de Mobilização” e “Preparação Total de Participantes”, sendo os tipos

710 relacionados na primeira coluna verticalmente: Encontros Preparatórios; Palestras ou Debates
711 Públicos; *Lives*; Encontros Preparatórios com Usuários; Participação em Conferências Municipais e
712 seus eventos preparatórios. Outras formas: (especificar). VIII. - Ato de Convocação da
713 Conferência Estadual de Assistência Social: Indicar qual a forma da convocação da Conferência
714 Estadual e quais os responsáveis pela convocação. As mais comuns são: resolução do Conselho
715 Estadual de Assistência Social; ato conjunto entre Conselho Estadual de Assistência Social e o
716 Governador; e Decreto do Governador. IX. Programação da Conferência Estadual de Assistência
717 Social: registrar as atividades previstas e os respectivos horários. X - Registro das Deliberações da
718 Plenária Final da Conferência Estadual de Assistência Social: Devem ser registradas as
719 Deliberações priorizadas pela Plenária Final da Conferência Estadual, conforme tabela abaixo.
720 Tabela dividida inicialmente em Deliberações da Conferência Estadual para o próprio Estado e
721 Eixos; e dividida em Deliberações da Conferência Estadual para a União e Eixos. XI - Avaliação
722 da Conferência Estadual de Assistência Social. Processo avaliativo: registrar o processo de
723 avaliação, com seus momentos e instrumentos utilizados. O processo avaliativo envolve: Avaliação
724 pelos Participantes; Avaliação pelos Conselheiros; Total de fichas preenchidas pelos participantes;
725 Total de fichas preenchidas pelos conselheiros Estaduais. A - Avaliação Pelos Participantes. Os
726 participantes da Conferência Estadual de Assistência Social devem fazer avaliação quanto à/aos:
727 Organização da Conferência Estadual de Assistência Social. Para esta avaliação deve-se indicar o
728 quantitativo de participantes que avaliou cada um dos itens de organização da Conferência,
729 considerando as categorias: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” e “péssimo”. Os participantes devem
730 avaliar os seguintes itens referentes à organização da Conferência Estadual: Mobilização e
731 Preparação: Atividades previamente realizadas para obter uma participação maior, mais
732 representativa e mais qualificada na Conferência Estadual; Local e infraestrutura: Espaço físico e
733 logística da organização da Conferência Estadual ou se foi em formato virtual; Acessibilidade:
734 Adequação do espaço físico, se foi em formato presencial, tecnologias assistivas, intérprete de
735 libras, equipe de apoio e demais condições para a participação das pessoas com deficiência;
736 Programação: Atividades e horários previstos para a Conferência Estadual; Participação:
737 Envolvimento ativo dos delegados e demais presentes nas atividades realizadas, debates e na
738 tomada de decisões da Conferência Estadual. Deve-se indicar o quantitativo de participantes que
739 avaliou cada um destes itens como ótimo, bom, regular, ruim e péssimo. Conhecimentos agregados
740 a partir da participação na Conferência Estadual de Assistência Social: Registro do consolidado das

741 avaliações preenchidas pelos participantes no que diz respeito: ao Tema da Conferência e ao II
742 Plano Decenal da Assistência Social. Ampliação de conhecimentos sobre o Tema da Conferência:
743 "Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar
744 as desigualdades e garantir proteção social". Ampliação de conhecimentos sobre o II Plano Decenal
745 da Assistência Social. Para esta avaliação deve-se indicar o quantitativo de participantes que avaliou
746 cada um destes itens, considerando a graduação 0, 1, 2, 3, 4 e 5. Para tanto considerar que 5
747 representa grau máximo de conhecimentos agregados e 0 indica que não agregou conhecimentos. B-
748 Avaliação Pelos Conselheiros Estaduais. Os conselheiros Estaduais devem avaliar: Tema e Eixos da
749 Conferência (Relevância e Clareza), considerando as categorias: "ótimo", "muito bom", "regular",
750 "ruim" e "péssimo". Debate nos Grupos de Trabalho, considerando as categorias: "ótimo", "bom",
751 "regular", "ruim" e "péssimo". Avaliação Final pelos Conselheiros Estaduais de Assistência Social:
752 Utilizando os espaços "aspectos positivos", "aspectos negativos" e "demais considerações",
753 registrar o resultado da discussão realizada pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)
754 depois de realizada a Conferência Estadual. Consolidado das avaliações sobre o Tema e Eixos da
755 12ª Conferência Nacional: Tema da Conferência: Tabela dividida com opções de: Ótimo; Bom;
756 Regular; Ruim ou Péssimo com relação a "Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado,
757 com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social", Relevância
758 e Clareza para os Eixos de 01 a 05. Tabela de Avaliação sobre o Debate nos Grupos de Trabalhos e
759 definição das propostas de deliberação da Conferência Estadual de Assistência Social, com opções
760 de Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Péssimo, relacionados ao Trabalho em Grupo – Eixo 1, 2, 3, 4 e
761 5 Avaliação Final da Conferência Estadual de Assistência Social (apresentar sínteses), considerando
762 Aspectos Positivos; Aspectos negativos e Demais considerações. Identificar a data de finalização
763 do registro da Conferência Estadual de Assistência Social. Deverão assinar aqueles (as) que tiverem
764 preenchido do registro. O registro deve ser validado pelo Conselho Estadual de Assistência Social,
765 devendo ser, portanto, assinado pelo seu presidente ou/e vice-presidente. Fluxograma da
766 Metodologia nas Conferências Estaduais: Da Relatoria, Dos Grupos De Trabalho E Da Plenária
767 Final: Sendo o início correspondente a: Convoca a Conferência Estadual de Assistência Social. Seta
768 do fluxograma aponta para o CEAS: CEAS recebe e reúne os resultados das Conferências
769 Municipais. (Instrumental n°1, do Informe CNAS nº 1/2021). Define a equipe de relatoria e aprova
770 o quantitativo de deliberações municipais que irão para a conferência estadual: - Entre 10 e 20 para
771 cada um dos 5 Eixos, para o estado e para a União (total mínimo, considerando Eixos e entes= 100;

772 total máximo, considerando Eixos e entes = 200). Seta do fluxograma aponta para: RELATORIA:
773 Sistematiza o conjunto de deliberações advindas dos municípios, resultando naquelas que serão
774 encaminhadas para os Grupos de Trabalho na Conferência Estadual (ranqueia por frequência com
775 que apareceram nos municípios): - 10/20 deliberações por Eixo para o Estado; -10/20 deliberações
776 por Eixo para a União. Seta do fluxograma aponta para Conferência Estadual: Serão realizados
777 Grupos de Trabalho (GTs), sendo pelo menos um GT para cada Eixo. Cada grupo recebe para seus
778 trabalhos as deliberações advindas dos municípios sistematizadas pela equipe de relatoria e
779 posteriormente a seta do fluxograma aponta para Grupos De Trabalho. Após Relatoria: A relatoria
780 realiza o preenchimento do Instrumental n°2, do Informe CNAS n° 4/2021, com as deliberações da
781 Conferência Estadual que serão encaminhadas para a Conferência Nacional. Em seguida
782 RELATORIA: Sistematiza os resultados dos GT's: Ranqueia por número de votos, em separado, as
783 deliberações advindas dos municípios e as novas propostas elaboradas nos grupos. Resultados para
784 a Plenária Final: 50 propostas para o estado, organizadas por Eixo (10 propostas para cada Eixo); 50
785 propostas para a União, organizadas por Eixo. (10 propostas para cada Eixo). Seta do fluxograma
786 aponta para PLENÁRIA FINAL: Votação pelos delegados, por Eixo e ente: Resultados na Plenária
787 Final 25 deliberações, sendo: 15 deliberações para o estado (3 por Eixo); 10 deliberações para a
788 União (2 por Eixo). Finalizada a leitura os Conselheiros do CNAS concordam que a leitura do
789 Informe CNAS n° 05 (Orientações Temáticas e Organizativas Para a Conferência de Assistência
790 Social Do Distrito Federal de 2021), pode ser feita parcialmente. Tendo em vista que o Conselheiro
791 Carlos Nambu explicou que os formulários são os mesmos do Informe 4 e os critérios de divisões
792 por regiões administrativas para envio para a Plenária final são similares ao Informe anteriormente
793 exposto. Acrescentou que a diferença entre os Informes 04 e 05 encontra-se no fluxograma, uma
794 vez que há no Distrito Federal, Regiões Administrativas e não Municípios. A Conselheira Aline
795 Araújo Silva apresenta o fluxograma nos seguintes termos: Informe CNAS n° 05 (Orientações
796 Temáticas e Organizativas Para a Conferência de Assistência Social Do Distrito Federal de 2021).
797 Fluxograma da Metodologia na Conferência Do Distrito Federal: Da Relatoria, Dos Grupos De
798 Trabalho E Da Plenária Final. Início: Convoca a Conferência de Assistência Social do Distrito
799 Federal. Em seguida o CAS/DF CAS/DF recebe e reúne os resultados das Conferências das Regiões
800 Administrativas – RAs. Define a equipe de relatoria e aprova o quantitativo de deliberações das
801 RAs que irão para a conferência do DF. Em seguida Relatoria: Sistematiza o conjunto de
802 deliberações advindas das RAs, resultando naquelas que serão encaminhadas para os Grupos de

803 Trabalho na Conferência do DF (ranqueia por frequência com que apareceram nas RAs). Serão
804 realizados Grupos de Trabalho (GTs), sendo pelo menos um GT para cada Eixo. Cada grupo recebe
805 para seus trabalhos as deliberações advindas dos municípios sistematizadas pela equipe de relatoria.
806 Em seguida Grupos de Trabalho: Cada GT: Discute e vota as deliberações advindas das RAs para o
807 DF e para a união; e pode elaborar até 2 novas propostas para o estado e 2 novas propostas para a
808 união, se for o caso. - Vota as propostas. Somente delegados votam. Resultados: 10 propostas para
809 cada ente (estado e união), sendo pelo menos 8 advindas das RAs e até 2 novas propostas
810 elaboradas no GT. Em sequência Relatoria: Sistematiza os resultados dos GT's: Ranqueia por
811 número de votos, em separado, as deliberações advindas das RAs e as novas propostas elaboradas
812 nos grupos. Resultados para a Plenária Final: 50 propostas para o DF, organizadas por Eixo (10
813 propostas para cada Eixo); 50 propostas para a União, organizadas por Eixo. (10 propostas para
814 cada Eixo). Após Plenária Final: Votação pelos delegados, por Eixo e ente: Resultados na Plenária
815 Final 25 deliberações, sendo: 15 deliberações para o DF (3 por Eixo); 10 deliberações para a União
816 (2 por Eixo). E finalmente relatoria: A relatoria realiza o preenchimento do Instrumental n° 3, do
817 Informe CNAS n° 5/2021, com as deliberações da Conferência do Distrito Federal que serão
818 encaminhadas para a Conferência Nacional. Finalizadas as leituras dos Informes, e retomando a
819 análise da minuta de reunião da Comissão Organizadora da 12ª Conferência, o Presidente do CNAS
820 Miguel Ângelo Gomes Oliveira, iniciou o regime de votação dos encaminhamentos realizados pela
821 Equipe Programática da Comissão Organizadora, os quais foram aprovados pela Plenária.
822 Prosseguindo, em relação aos encaminhamentos realizado pela Equipe de Participação e
823 Acessibilidade, a Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês de Avelino Carvalho realizou a
824 leitura correspondente a Minuta de Resolução a qual compreende Orientações complementares ao
825 processo Conferencial aos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Não havendo nenhum
826 destaque quanto aos encaminhamentos elaborados pela Equipe Programática, o Presidente do
827 CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira colocou os textos em regime de votação, os quais foram
828 aprovados pela Plenária. Com relação ao item 1.2 Equipe de Participação e Acessibilidade.
829 Encaminhamento da Comissão Organizadora constante na memória da Comissão Organizadora da
830 12ª Conferência Nacional: Encaminhar a minuta de Resolução para a avaliação da Comissão de
831 Normas e verificar se vai ser incluído o assunto sobre a não realização da conferência nesta
832 resolução ou vai ser criada uma nova resolução. O Conselheiro André Rodrigues Veras explanou
833 que não foi submetida minuta de Resolução para avaliação em relação a não realização da

834 Conferência, contudo houve debate relacionado ao tema. Acrescentou que o encaminhamento da
835 Comissão de Normas foi no sentido de haver a produção de uma manifestação em resposta a todas
836 as consultas que foram feitas por meio de *e-mails*, com orientação dos efeitos de eventual não
837 realização de Conferência. Complementou que a referida manifestação seria debatida na Presidência
838 Ampliada, que a Secretaria Executiva produziria a manifestação, com as contribuições de todos os
839 Conselheiros, com a previsão para o dia 16 de junho de 2021, com a devolutiva dos Conselheiros
840 até o dia 18 de junho de 2021, e por fim o Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira
841 faria a resposta oficial do CNAS. A Conselheira Vânia Maria Machado alertou que o Presidente do
842 CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira conhece o encaminhamento da Comissão de Normas,
843 lembrou que sugeriu durante o relato da Presidência Ampliada, que além do ofício que será
844 assinado pelo Presidente do CNAS, fosse também feito um Informativo, com a ampliação do
845 encaminhamento da Comissão de Normas, demonstrando a posição do CNAS. A Secretária
846 Executiva do CNAS Maria das Mercês de Avelino Carvalho esclareceu que tratam-se de dois
847 assuntos distintos, sendo que primeiro assunto é a respeito de uma minuta de participação e
848 acessibilidade, a qual tratava da questão da possibilidade do usuário substituir as vagas não
849 preenchidas, dessa forma, a Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional sugeriu que a
850 referida minuta sobre usuários fosse encaminhada para a Comissão de Normas, tendo em vista a
851 existência do outro assunto explanado pelo Conselheiro André Rodrigues Veras, associado a
852 Conferência Nacional, com a possibilidade dos dois assuntos serem compreendidos em apenas um
853 documento de Resolução ou Orientação. Comunicou que essa sugestão ainda não foi discutida nas
854 reuniões conjuntas, tendo em vista que a Reunião Conjunta debateu apenas sobre a Resolução nº
855 237/2006, e que no período da tarde não houve quórum para discussão. Explicou que o documento
856 que o Conselheiro Carlos Nambu menciona que deve constar nos Informes 04 e 05, é aquele
857 referente a minuta de participação e acessibilidade sobre a possibilidade do usuário substituir as
858 vagas não preenchidas. O Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira concluiu que em
859 relação a produção de Informe sobre a não realização da conferência, permanece como
860 encaminhamento para a Presidência Ampliada. Por sua vez, a Secretária Executiva do CNAS Maria
861 das Mercês de Avelino Carvalho realizou a leitura da minuta de Resolução que determina que
862 conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal deverão preferencialmente indicar para as
863 Conferências de Assistência Social, delegados eleitos do segmento de usuários, no caso de vacância
864 de delegados dos segmentos de trabalhadores e/ou de entidades. Considerando não ter havido

865 manifestações contrárias, o Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira colocou a referida
866 minuta em regime de votação, a qual foi Aprovada pela Plenária. Em sequência, o Conselheiro
867 Marcos Maia Antunes cumpriu a leitura do Informe CNAS nº 3 sobre a Distribuição de delegados,
868 representantes dos municípios, dos Estados e do Distrito Federal que comporão as delegações para a
869 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, contendo os seguintes dados: Conferência 2021:
870 Delegados representantes da esfera municipal: 1.500; Delegados representantes da esfera estadual:
871 210; Delegados representantes do Distrito Federal: 12; Delegados representantes da esfera federal:
872 60; Delegados Natos: 36. TOTAL 1.818. Não havendo manifestações por parte dos Conselheiros,
873 o Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira colocou o Informe ante o regime de votação,
874 o qual foi aprovado pela Plenária. O Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira realizou a
875 leitura dos Encaminhamentos elaborados pela Equipe de Comunicação relativos aos seguintes
876 tópicos: 2. Demandas sobre o processo conferencial (planilha enviada aos conselheiros em 13 de
877 abril). Encaminhamento: Atualizar a planilha de acordo com as definições feitas no colegiado e
878 informar nas respostas o link das reuniões regionais no YouTube e Informes CNAS nº1 e nº2/2021.
879 3. Definição da data para próxima reunião. Encaminhamento: -A data será definida depois que a
880 Secretaria Executiva atualizar o cronograma de atividades para a operacionalização da 12ª
881 Conferência Nacional. Encaminhamento da Presidência Ampliada, acolhido pelo Plenário do
882 CNAS: Reunião da Comissão Organizadora dia 02 de julho – 14h às 17h. Sem manifestações por
883 parte dos Conselheiros, o Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira colocou os
884 encaminhamentos em regime de votação, os quais foram aprovados. A Conselheira Sara Sebben
885 prosseguiu para a leitura da minuta da Resolução CNAS o qual institui a Comissão de
886 Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social. Não havendo
887 manifestações dos Conselheiros, o Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira colocou a
888 minuta em regime de votação, sendo aprovada com 16 (quinze) votos favoráveis: Aldenora Gomes
889 González; Beto; ANDRÉ RODRIGUES VERAS; CARLOS NAMBU; CÉLIA MARIA DE
890 SOUZA MELO LIMA; Danyel Iório; IRENE; Maria Aparecida Godoi; Miguel Ângelo Gomes
891 Oliveira; Rozangela Borota Teixeira; Thaís Vasconcellos; IEDA; José Miguel Costa; Solange;
892 VÂNIA MARIA MACHADO; Marta. Seguidamente, o Presidente do CNAS Miguel Ângelo
893 Gomes Oliveira iniciou a realização da **Eleição da Presidência do CNAS**. Os representantes da
894 sociedade civil indicaram para recondução na Vice-Presidência a Conselheira Aldenora Gomes
895 González e os Conselheiros representantes governamentais indicaram para a recondução o

896 Conselheiro Miguel Ângelo Gomes Oliveira. Ato contínuo, a Secretária Executiva do CNAS Maria
897 das Mercês de Avelino Carvalho recolheu os votos, quais sejam: Conselheiros titulares: André,
898 Beto, Carlos Nambu, Célia, Daniel, Irene, Maria Aparecida Godoi, Rosângela, Thaís, Ieda, José
899 Miguel, Vânia, Marta, Solange, Agnaldo, Aldenora Miguel Ângelo Gomes Oliveira, Caroline
900 totalizando 18 (dezoito) votos favoráveis ao segundo mandato dos Conselheiros Miguel Ângelo
901 Gomes Oliveira - Titular/Presidente do CNAS e Representante do Ministério da Cidadania e da
902 Conselheira Aldenora Gomes González - 1ª Titular/Vice-Presidente do CNAS e Representante do
903 Instituto EcoVida. Ato contínuo a Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês de Avelino
904 Carvalho realizou a leitura do Termo de Posse da Presidência do Conselho Nacional de Assistência
905 Social. Após a solenidade, o Presidente do CNAS Miguel Ângelo Gomes Oliveira registrou que a
906 Conselheira Caroline Ayres deixará de compor o quadro de Conselheiros do CNAS, destacou que a
907 referida Conselheira realizou um importante trabalho no CNAS, onde foi Vice-Presidente desta
908 Comissão. Informou que o motivo de sua saída foi a requisição pelo Ministério da Mulher, da
909 Família e Direitos Humanos, que a Conselheira continua servidora vinculada ao Governo Federal,
910 porém fará parte de outro Colegiado a partir da publicação de Portaria. Finalizou agradecendo a
911 Conselheira pelo trabalho realizado junto a Assistência Social. A Conselheira Caroline Ayres
912 agradeceu a todos pela convivência e aprendizado, asseverou que continuará contribuindo com a
913 política de Assistência Social no que for possível. **ENCERRAMENTO:** O Presidente Miguel
914 Ângelo Gomes Oliveira finalizou informando que realizará diálogo no âmbito da Presidência
915 Ampliada na próxima semana, com o intuito de ajustar algumas questões conforme combinado com
916 a Vice-Presidente Aldenora Gomes González, não tendo mais nenhum assunto a tratar, a pauta foi
917 finalizada, encerrando a 297ª Reunião Ordinária do CNAS.

918

919

Miguel Ângelo Gomes Oliveira

920

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

921

922

Junho de 2021